

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.365 - SP (2019/0292289-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : FABIOLA CASIMIRO SOARES**  
**ADVOGADO : FABIOLA CASIMIRO SOARES - SP399319**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PABLO SILVA DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**PABLO SILVA DE SOUZA** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que denegou a ordem no HC n. 2179734-13.2019.8.26.0000.

A defesa pretende, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, por considerar ilegal a fundamentação adotada para decretar a sua prisão preventiva, em decorrência do flagrante pela suposta prática do delito de tráfico de drogas – "**pois a quantidade apreendida foi de 10,93 gramas de maconha para uso**" (fl. 24, grifei).

### **Decido.**

Ao convolar a prisão em flagrante do paciente em preventiva, o Magistrado justificou a necessidade da medida extrema, "diante da notícia de que **o autuado estava em liberdade provisória por ter praticado, em tese, o mesmo delito em data de 26/03/2019**, que retrata, *in concreto*, a periculosidade do agente" (fl. 85, destaquei).

A Corte estadual manteve os termos do decreto preventivo, pois "o paciente responde a um inquérito por delito análogo, sendo preso em flagrante em março do corrente ano, seja, cerca de apenas quatro meses antes destes fatos. Concedida a liberdade provisória, em tese, teria retornado a delinquir" (fl. 433).

De acordo com a denúncia, o paciente, "trazia consigo, para fins de tráfico, uma porção de "Cannabis sativa L", vulgarmente conhecida como "**Maconha**", **em forma de folhas secas e a granel, com peso de 7,54 gramas**, além de guardar e manter em depósito, para fins de tráfico, **uma**

porção de "Cannabis sativa L", vulgarmente conhecida como "Maconha", em forma de folhas secas e a granel, com peso de 3,93 gramas" (fl. 134, grifei).

A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que "a custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal" (**RHC n. 47.588/PB**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 4/8/2014).

Na espécie, verifico que o Magistrado singular embasou sua decisão em elementos concretos e idôneos – anterior concessão de liberdade provisória ao paciente –, mas não demonstrou, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a preventiva. Isso porque, **entendo** que a quantidade de droga encontrada em poder do paciente **não tem o condão de, isoladamente, indicar a prática habitual do comércio de entorpecentes**, e, por conseguinte, justificar a sua custódia provisória.

Não olvido que o Tribunal de Justiça impetrado, no julgamento do habeas corpus lá aforado, trouxe argumentos que buscam justificar a prisão provisória, **o que não se admite na espécie**, sob pena de, em ação concebida para a tutela da liberdade humana, legitimar-se o vício do ato constritivo ao direito de locomoção do paciente.

**Entendo, portanto, que os elementos apresentados, por si só, não servem para denotar a periculosidade exacerbada do investigado na traficância, a ponto de justificar o emprego da cautela máxima.** Assim, as circunstâncias apresentadas, por si só, não poderiam ensejar a imposição da prisão preventiva, se outras medidas menos invasivas se mostram suficientes e idôneas para os fins cautelares, especialmente para o objetivo de evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, CPP).

Considerando, assim, que o delito não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa e avaliando as circunstâncias em que perpetrado o suposto crime em questão, entendo configurados os requisitos que justificam o deferimento da medida de urgência, quais sejam, o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Apesar da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao paciente – a ensejar-lhe, se demonstrada a imputação, correspondente e proporcional sancionamento penal –, **considero**, ao menos *initio litis*, ser

**suficiente e adequada, na hipótese, a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares a ela alternativas.**

É plenamente possível que, embora presentes os motivos ou os requisitos que tornariam cabível a prisão preventiva, o juiz – **à luz do princípio da proporcionalidade e das novas alternativas fornecidas pela Lei n. 12.403/2011** – considere a opção por uma ou mais das medidas indicadas no art. 319 do Código de Processo Penal o meio suficiente e adequado para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa.

Tal opção judicial produzirá o mesmo resultado cautelar – no caso em exame, evitar a prática de novos crimes, de maneira a proteger a ordem pública – **sem a necessidade de suprimir, de modo absoluto, a liberdade de locomoção do acusado**, notadamente porque o delito a ele atribuído não envolveu violência ou grave ameaça contra pessoa.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para, à luz das peculiaridades do caso concreto, substituir a prisão preventiva do paciente pelas seguintes medidas cautelares:

- a) comparecimento periódico em juízo, sempre que for intimado para os atos do processo e no prazo e nas condições a serem fixados pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades;
- b) proibição de ausentar-se da Comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- c) recolhimento domiciliar noturno (das 20h de um dia às 6h do dia seguinte), **sem prejuízo de imposição de outras medidas que o prudente arbítrio do Juiz natural da causa entender cabíveis e adequadas.**

Alerte-se à paciente que **a violação das medidas cautelares importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo de origem e ao Tribunal local, solicitando-lhes informações que devem ser enviadas via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público

# *Superior Tribunal de Justiça*

Federal.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

